

APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ "Institucionalização da EaD na instituição pública de ensino superior: políticas, planejamentos e tecnologias"

1

A temática que se reporta à institucionalização da Educação a Distância (EaD) nas universidades públicas do Brasil é tanto relevante, quanto atual. A abordagem do tema, contudo, é complexa, visto que é realidade o fato de que a EaD nessas instituições ainda não tem claro seu papel institucional.

Se, por um lado, no Brasil, a primeira década do século XXI, nos apresenta o Sistema Universidade Aberta do Brasil, como opção interessante de parceria das Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) com a CAPES para oferta de cursos a distância, no formato *on line*, no âmbito da graduação e da pós-graduação, sob a bandeira da interiorização da educação superior, por demanda e com fomento garantido, por outro, o mesmo sistema gerou certa dependência do modelo, gerando, dentre algumas consequências, a delimitação separada nos dois formatos de educação, presencial e a distância.

A complexidade do tema, por sua vez, decorre do fato de que a oferta de cursos *on line*, exige um pensamento gerencial e pedagógico sistêmico, visto que a EaD depende forçosamente de tecnologia da informação e comunicação para veiculação de seus cursos. Desse modo, a oferta de cursos a distância necessita muito além da oralidade docente na interação *face to face* com os estudantes. A oferta de curso *on line* passa por etapas importantes como planejamento, produção de conteúdo, interlocução com equipe de diagramação e de vídeo, além de reuniões pedagógicas permanentes entre professores e coordenadores para adequada mediação pedagógica no momento *on line*. Para dar suporte é preciso ainda a escolha de um sistema de sala virtual estável, dinâmico, com custo reduzido, além, evidentemente, de conjunto tecnológico que suporte a sala virtual e seus participantes.

A questão pedagógica e tecnológica carece ainda do financiamento do curso. E esse, sem dúvida, é um aspecto nevrálgico pelo fato de que, se a matriz financeira do custo aluno está bem definida no ensino presencial nas IES públicas, trata-se de uma questão em construção nas esferas do Ministério da Educação (MEC) e seus interlocutores representativos situados na Associação Nacional Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIFE).

Esse panorama evidentemente retrata a relevância e atualização da discussão que remete à institucionalização da EaD quando materializada nos textos apresentados neste dossiê.

No texto “Institucionalização da Educação a Distância no Ensino Superior Federal: causas e efeitos”, tem-se acesso à discussão das causas e efeitos que tratam do aspecto institucional da EaD no Brasil, nas IFES, a partir das políticas públicas para promoção da EaD por meio de programas e planos de governo.

No texto “Percurso para institucionalização da EaD no IFCE: a construção de uma sistêmica de gestão”, o relato da institucionalização da EaD naquele *lôcus* nos mostra que a estruturação sistêmica de EaD aponta para casos de sucesso de modelo educacional capaz de integrar os eixos pedagógicos, tecnológicos, administrativo e financeiro.

A leitura do texto que aborda “A Educação a Distância na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul” nos leva a entender a trajetória da EaD na UEMS e a necessidade de que seu processo institucional está vinculado e dependente do modelo UAB e, devido à sua fragilidade, sobretudo no aspecto de fomento, carece de ações institucionais mais delimitadas por parte daquela IES a fim de que todo o trabalho construído ao longo dos últimos anos possam ser mantidos.

Em “A institucionalização do MOODLE como estratégia de experimentação do ensino híbrido nos cursos presenciais”, percebe-se a importância do AVA MOODLE como ferramenta estratégica para fortalecer o aspecto institucional da EaD devido ao

potencial da ferramenta no trabalho pedagógico envolvendo professores, estudantes e gestores, com ênfase às possibilidades híbridas de ensino.

No texto “Expansão da educação superior a distância: a questão da institucionalização” temos uma análise sobre a relação desigual entre uma dinâmica de expansão da educação a distância e sua institucionalização nas instituições de ensino superior.

Ao lermos “A interiorização da EaD nas instituições públicas de educação no estado de Mato Grosso do Sul: avanços e perspectivas”, somos inseridos no contexto da oferta de cursos ofertados em polos situados em cidades interioranas de MS, mas que carecem de estabilidade no quesito financiamento, indicando dessa forma a necessidade da institucionalização dessa modalidade educacional.

Os artigos de fluxo contínuo apresentam nesta edição sete textos, com temáticas variadas, iniciando pelo texto de Mara Lucinéia Marques Correa Bueno e Jadiane Maciel Ajala intitulado “A integração regional e a influência nos programas educacionais de fronteira entre Brasil e Paraguai” que discute a realidade educacional na região de fronteira, tema pouco estudado e de grande relevância regional.

Na sequência dois textos debatem questões instigantes sobre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental em realidades diversas são respectivamente “Uma experiência sobre rotina escolar e planejamento didático na Educação Infantil na Amazônia” e “A construção de um espaço educador sustentável na escola: uma experiência nos anos iniciais do Ensino Fundamental”

Os textos “Corpo, práticas corporais e relações de gênero na educação física brasileira: uma pesquisa bibliográfica” e “A metodologia de ensino da educação física acerca das propostas pedagógicas da cultura corporal” abordam temas relativos à educação física com propostas diversas de estudos sobre gênero e propostas pedagógicas da cultura corporal.

Por fim os textos de Katielly Patricia de Mello e Andréia Vicência Vitor Alves, denominado “A concepção de gestão educacional e do Conselho Escolar no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares” trata da gestão educacional a partir

da análise de um programa nacional e o artigo de Flávia Paula Nogueira Aranda e Fábio Perboni, com o título de “O processo de formulação do Plano Municipal de Educação de Dourados-MS”, se debruça sobre uma análise do planejamento educacional, a partir do processo de formulação do PME de Dourados.

Fechando esta última edição de 2019 trazemos três relatos de experiência o primeiro trata do ensino de artes marciais, o segundo aborda uso da sequência didática no ensino/aprendizagem da tira cômica e por fim o terceiro se intitula Dimensões acadêmicas da cegueira moral: um relato de experiência.

Em conjunto com o Dossiê apresentado estes textos compõe um panorama sobre diferentes aspectos da educação.

Desejamos a todos (as) uma boa leitura!!

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Matos Rocha

Prof.^a Dr.^a Andréia Vicência Vitor Alves

Organizadoras do Dossiê Institucionalização da EaD na instituição pública de ensino superior: políticas, planejamentos e tecnologias

Prof. Dr. Fabio Perboni

Editor